

Greve como *drama social*: o caso dos professores da rede estadual do Ceará, em 2011

Strike as a social drama: the case of teachers from the state of Ceará in 2011

La huelga como drama social: el caso de los maestros del estado de Ceará, en 2011

Márcio Kleber Morais Pessoa

SEB-Ceará/ Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

mkpceara@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1371-5481>

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar a greve da categoria dos professores da rede estadual do Ceará, ocorrida em 2011, descrita como um *drama social*. Outro objetivo do texto é identificar aproximações e distanciamentos entre a narração do movimento e as quatro fases dos *dramas sociais*. Para tanto, foi realizada análise documental em matérias dos dois maiores jornais do referido estado. As matérias publicadas por esses periódicos durante aquela greve auxiliaram a narração, a fim de se desenvolver coerência cronológica no evento narrado. Esses jornais são: Diário do Nordeste e O Povo. Além das matérias dos periódicos, notícias do *site* oficial do Sindicato dos Professores (APEOC) na internet, durante a greve de 2011, foram consideradas para a narração ora proposta. No intuito de alcançar os objetivos propostos, foi realizado levantamento de matérias da época da greve para analisá-las e assim tentar recriar o evento de forma narrada. Resultados: as quatro fases dos *dramas sociais* se fizeram presentes no evento apresentado, guardando as devidas proporções e particularidades de um caso singular. A quarta e última fase dos *dramas sociais* pensada pelo autor foi percebida no caso estudado de forma diferenciada. Isso ocorreu porque as tensões e conflitos envolvendo professores e sindicato não se resolveram com a finalização da greve; pelo contrário.

Palavras-chave: Drama social. Escola pública. Greve docente.

ABSTRACT

The objective of this text is to present the strike of the category of teachers of the state network of Ceará, which occurred in 2011, described as a social drama. Another objective of the text is to identify approximations and distances between the narration of the movement and the four phases of social dramas. For that, a documentary analysis was carried out on the two largest newspapers in that state. The articles published by these periodicals during that strike helped the narration in order to develop chronological coherence in the narrated event. These newspapers are: Diário do Nordeste and O Povo. In addition to the articles of the periodicals, news from the official website of the Teachers' Union (APEOC) on the internet during the 2011 strike were considered for the narration proposed here. In order to reach the

proposed objectives, a data collection was carried out of materials from the time of the strike to analyze them and thus try to recreate the event in a narrated way. Results: The four phases of social dramas were present at the event presented, keeping the due proportions and peculiarities of a singular case. The fourth and last phase of social dramas thought by the author was perceived in the case studied in a different way. This was because tensions and conflicts involving teachers and union were not resolved by the end of the strike; on the contrary.

Keywords: *Public school. Social drama. Teacher strike.*

RESUMEN

El propósito de este texto es presentar la huelga de la categoría de maestros de la red estatal de Ceará, ocurrido en 2011, calificada como un drama social. Otro objetivo del texto es identificar aproximaciones y diferencias entre la narración del movimiento y las cuatro fases de los dramas sociales. Para tanto, se realizó un análisis documental en artículos de los dos periódicos más importantes de ese estado. Los artículos publicados por estos periódicos durante esa huelga ayudaron a la narración, con el fin de desarrollar una coherencia cronológica en el hecho narrado. Estos periódicos son: Diário do Nordeste y O Povo. Además de los artículos de los periódicos, para la narración que ahora se propone se consideraron las noticias del sitio web oficial del Sindicato de Docentes (APEOC) en internet, durante la huelga de 2011. Para lograr los objetivos propuestos, se realizó un levantamiento de materiales del momento de la huelga para analizarlos y así intentar recrear el evento de forma narrada. Resultados: las cuatro fases de los dramas sociales estuvieron presentes en el evento presentado, manteniendo las debidas proporciones y particularidades de un caso singular. La cuarta y última fase de los dramas sociales pensados por el autor se percibió en el caso estudiado de otra manera. Esto se debió a que las tensiones y conflictos que involucraron a los docentes y al sindicato no se resolvieron con el fin de la huelga; por lo contrario.

Palabras clave: *Drama social. Escuela pública. Huelga docente.*

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar a greve da categoria dos professores da rede estadual do Ceará, ocorrida em 2011, descrita como um drama social (TURNER, 2008). Outro objetivo do texto é identificar aproximações e distanciamentos entre a narração do movimento e as quatro fases dos *dramas sociais*. Para tanto, foi realizada análise documental (CELLARD, 2014) em matérias dos dois maiores jornais impressos do referido estado: Diário do Nordeste e O Povo. As matérias publicadas por esses periódicos durante aquela greve auxiliarão a narração, a fim de se desenvolver coerência cronológica no evento narrado. Salienta-se que não será apresentada visão crítica em relação às possíveis influências que o jornalismo pode sofrer (BOURDIEU, 1997), ainda mais quando concentrado nas mãos de grandes empresários, como é o caso da maioria dos veículos de comunicação em massa no país, não sendo aqueles dois jornais exceções à regra. Além das

matérias dos periódicos, notícias do *site* oficial do Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (APEOC) na internet, durante a greve de 2011, foram consideradas para a narração.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, foi realizado levantamento de matérias da época da greve¹, a fim de analisá-las e, assim, tentar recriar o evento de forma narrada. Ademais, os episódios relacionados àquele movimento reivindicatório serão analisados através do recurso metodológico dramas sociais, visto que as relações entre os vários agentes antes, durante e depois da greve levaram a perceber que esse recurso metodológico pode ser importante na tentativa de explicar os acontecimentos, porque as quatro fases dos dramas sociais se fizeram presentes, guardando as devidas proporções e particularidades de um caso singular.

Turner destaca que o drama social possui um recorte temporal, visto que possui fases que podem se suceder no tempo ou mesmo ocorrer de forma simultânea em alguns momentos, mas que podem ser distinguidas porque cada uma delas possui “propriedades específicas” (TURNER, 2008, p. 38) e que se relacionam com o conflito em questão. Importa ressaltar que os indivíduos e grupos estudados nesta pesquisa possuem uma concepção de temporalidade, ideia esta que se relaciona diretamente com a temporalidade do drama social de Turner, ou seja, processos com início, meio e fim, nos quais o início e o término de cada fase podem até não ser bem definidos, mas podem ser percebidos ao se analisar todo o evento do drama.

As quatro fases desse processo são: “a) quebra de normas regulares que governam as relações sociais; b) fase de conformação da crise; c) utilização de mecanismos de ajustamento e d) reintegração ou ruptura irreparável entre as partes em conflito” (RODRIGUES, 2011, p. 22). Turner (2008, p. 28) destaca ainda que os dramas sociais “podem contribuir para a descrição dos interesses e das atitudes de grupos e indivíduos encontravam-se em óbvia oposição”, o que se aplica ao objeto de estudo aqui proposto, como se verá, por se tratar de uma disputa política com lados com interesses opostos. Apesar disso, as facções se reorganizaram constantemente e isso indica que indivíduos ou grupos se aproximaram ou se repeliram durante e após o evento. Nesse sentido, “dramas sociais são [...] unidades de processo anarmônico ou desarmônico que surgem em

¹ Matérias veiculadas entre os dias 1º de agosto – quando a greve se iniciou – e 30 de novembro de 2011 – alguns dias após o seu encerramento por definitivo, no dia 25 de novembro. Na ferramenta de busca dos *sites* dos dois jornais foram utilizadas as palavras-chave: “greve”, “professores”, “2011”.

situações de conflito” (TURNER, 2008, p. 33), isto é, retratam certo desequilíbrio numa relação outrora “pacificada”.

Aqui se faz necessária a discussão da noção de equilíbrio e harmonia, visto que ambos os conceitos não podem ser aplicados a uma sociedade de larga escala, como a que está sendo estudada, sem alguns cuidados. Rodrigues (2011, p. 22-23) destaca que Turner trata em sua obra de casos ocorridos em uma pequena aldeia africana, onde as relações são movidas dentro de um quadro de parentesco que permite se falar em equilíbrio e harmonia devido ao teor das relações ali presentes e também devido ao fato de “as relações entre os membros do grupo [estarem] intimamente conectadas e regidas por diversos princípios de afiliação”. Turner (2008, p. 28-29), contudo, diz ser possível analisar situações em sociedades “de todo tamanho e complexidade” com o auxílio dos dramas sociais, visto se tratar de um recurso metodológico que pensa um processo com fases bem definidas, o que o autor chamou de “estruturas temporais ou processuais”. Assim, a análise do conflito proposto levará em consideração as fases do drama social proposto por Turner, mas relativizando a suposta harmonia ou o equilíbrio social destacado pelo autor, ressaltando, no caso aqui analisado, apenas a latência dos conflitos posteriormente manifestados.

Esse recurso metodológico foi adotado por se mostrar coerente com o evento analisado. Contudo, a proposta de Turner, como já destacado, possui início, meio e fim, isto é, requer a retomada de um equilíbrio que ponha fim à crise. Rodrigues (2011) mostra que nem sempre o drama social ocorre dessa maneira. A autora destaca que há eventos que se caracterizam como drama social que podem apresentar a última fase incompleta ou, para ser mais preciso, que a última fase pode não culminar nas alternativas dadas por Turner: reintegração ou ruptura irreparável. Há casos em que ocorre reintegração ou ruptura apenas parcial, por exemplo, ou uma crise intermitente.

A ruptura

Em 1º de agosto de 2011, as escolas estavam voltando das férias escolares – as férias ocorrem em julho, por determinação da lei. A assembleia geral da categoria foi marcada às pressas devido ao anúncio do governador Cid Gomes² acerca do novo Plano de

² Cid Ferreira Gomes (Partido Socialista Brasileiro – PSB, em 2011) estava em seu segundo mandato como governador do Ceará, tendo sido reeleito em 2010 ainda no primeiro turno da eleição.

Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da categoria, que seria enviado à Assembleia Legislativa (AL), em breve. Contudo, a categoria já estava em estado de greve desde junho devido à necessidade de se aprovar um novo PCCS que se adequasse à Lei do Piso (referendada pelo Superior Tribunal Federal – STF, em abril daquele ano)³.

A proposta do governador dividia o PCCS em dois: um para os professores com formação apenas no ensino médio (2.277 trabalhadores) e outro para os com graduação e pós-graduação (quase 34 mil, entre efetivos e temporários). Essa estratégia visava garantir que todos os professores ganhassem o piso da categoria⁴, mas sem “alongar” a carreira, o que se traduziria em maiores salários a quem estivesse em seu percurso final, onerando os cofres públicos⁵. Com isso, o governador Cid Ferreira Gomes cumpriria a lei sem necessariamente aumentar os salários dos professores, pois o grupo de profissionais que seria beneficiado representava apenas cerca de 5% de toda a categoria⁶. Outra informação essencial é a de que, em 2011, dos 46 deputados estaduais do Ceará, 45 compunham a Base Aliada do governador na AL. Isso significava que qualquer proposta enviada pelo governador à AL provavelmente seria aprovada sem maiores resistências.

A Lei do Piso Salarial veio acompanhada da expectativa de aumento real nos salários pelos docentes, o que poderia ser frustrado. A equação no caso dos docentes cearenses parecia simples: a categoria estava em estado de greve e o governador valeu-se do período de férias dos docentes (período de difícil mobilização) para enviar proposta de PCCS à AL; isso inevitavelmente levou os docentes a deflagrarem greve.

Na segunda-feira, 1º de agosto, a categoria deflagrou a greve e do local da assembleia saiu em marcha pela cidade realizando manifestação, a fim de expor à sociedade a situação, buscando pressionar o governo. Nesse momento, iniciava-se a fase de ruptura das relações sociais estabelecidas, visto que o cotidiano dos agentes envolvidos mudou de forma significativa. Para Turner (2008, p. 33), “tal ruptura é sinalizada pelo

³A Lei Federal nº 11.738 foi aprovada em 2008. Contudo, alguns governadores, incluindo o do estado do Ceará, recorreram ao STF por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que suspendeu a implementação da legislação até sua apreciação por aquele tribunal, vindo a ocorrer somente em 2011.

⁴Apenas os 2.277 professores que estavam na primeira situação não ganhavam esse valor.

⁵A tabela existente, a unificada, possuía 30 (trinta) níveis que poderiam ser “percorridos” pelos professores. Todo e qualquer aumento no início da carreira impactaria em todos os níveis. Com a separação da tabela, o aumento em uma não impactaria na outra.

⁶A principal reivindicação dos grevistas era a unificação do PCCS a fim de que os professores graduados e pós-graduados passassem a receber melhores salários durante a carreira. Ademais, caso o PCCS fosse “separado”, em certo momento da carreira, graduados receberiam menos do que não-graduados, o que era considerado incoerente pela categoria.

rompimento público e evidente, ou pelo descumprimento deliberado de alguma norma crucial que regule as relações entre as partes”, exatamente o que aconteceu na ocasião, visto que a assembleia geral foi um evento público e que teve bastante repercussão, sendo seus encaminhamentos divulgados nos principais jornais do estado. Além disso, os docentes decidiram interromper suas atividades laborais, o que significava uma disputa pública sobre as relações de trabalho com o empregador.

Apesar da decisão pela greve, era necessário esperar 72h para iniciar a paralisação dos trabalhos, exigência legal para greve em serviços considerados essenciais. Como a decisão só seria comunicada ao governo no dia seguinte, 02 de agosto, pela manhã, a paralisação só seria iniciada de fato no dia 05 de agosto, sexta-feira. A partir da ruptura, dá-se início à crise, segunda fase do drama social.

A crise e os ajustamentos

A crise se iniciou a partir do dia 1º de agosto de 2011, envolvendo professores (da capital e do interior), sindicato, gestores escolares, pais e alunos, imprensa, políticos eleitos, Polícia Militar (PM), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ), Ministério Público (MP) e outros atores menos centrais. Essa fase pode ser compreendida como parte de um drama social, conceito desenvolvido por Turner para analisar situações sociais marcadas por perturbações que transformam a rotina dos indivíduos envolvidos, podendo culminar em mudanças culturais que os afetam.

Segundo Rodrigues (2011, p. 21), a análise de situações a partir da ótica dos dramas sociais “é uma forma de abordar todo um campo de conflitos, disputas e perturbações da vida social”. Além disso, a autora destaca que Turner considera os dramas sociais como a manifestação de conflitos de interesse que estavam latentes, assim como a greve aqui narrada foi precedida por anos de reclamação por parte dos docentes em relação ao salário, ao PCCS e à não implementação da Lei do Piso, além do fato de o governador do Ceará ter sido um dos que contestou a constitucionalidade dessa lei.

A primeira semana de agosto foi turbulenta nas escolas. A crise estava se acentuando, visto que vários conflitos entre os agentes envolvidos se manifestaram. Havia reunião marcada entre sindicato e governo na quarta-feira, dia 03, mas o governador desmarcou, por afirmar não negociar com grevistas. Um ato estava marcado neste dia em frente à sede do governo, o Palácio da Abolição. Cerca de cinco mil pessoas compareceram

e foram recebidas pela tropa de choque, que cercou o local e impediu os manifestantes de se aproximarem do Palácio, o que foi abordado pelos jornais e condenado pelo *site* sindical (GOMES, L., 2011a; PROFESSORES FAZEM MANIFESTAÇÃO, 2011; APEOC, 2011n).

A crise se intensificava, isto é, a vida social estava sendo perturbada, o cotidiano dos agentes envolvidos se modificara, havia uma ruptura com aquilo que existia anteriormente: a normalidade do dia a dia escolar de quase meio milhão de alunos e dos vários espaços da cidade, que passaram a ser palco de atos. Além disso, as “lutas faccionais” (RODRIGUES, 2011) começavam a se expor com mais clareza, a partir daquele momento, pois os vários agentes envolvidos passaram a se posicionar na disputa.

Logo na primeira semana, houve intervenções no aeroporto de Fortaleza – a fim de abordar deputados que se encaminhavam para Brasília - e na Praça do Ferreira, coração do centro comercial da capital (PROFESSORES FAZEM ATO..., 2011; MAIS..., 2011). A intenção parecia ser conquistar o apoio da população, visto que muitos indivíduos poderiam se posicionar contra os manifestantes devido ao que poderiam considerar prejuízo para alunos e suas famílias. O sindicato também buscava mostrar que o movimento crescia, anunciando que novos docentes aderiam à greve, principalmente quando eram do interior do estado porque os profissionais desses locais tradicionalmente não aderiam às greves (APEOC, 2011f; APEOC, 2011k, APEOC 2011l).

Assim, a disputa política começava a ficar intensa: o sindicato ressaltava que o PCCS proposto pelo governo iria “destruir a carreira docente no Estado do Ceará” (APEOC, 2011f), ao passo que responsabilizava o governador pela paralisação (APEOC, 2011k). Já o Poder Executivo adotou a estratégia de culpabilizar a categoria ao chamar a greve de uma “postura extrema” (ALMEIDA, R., 2011c). Essa postura foi ratificada em nota oficial que dizia que o governo “tem toda a disposição de prosseguir com as negociações, desde que a greve seja suspensa” (CABRAL, 2011e). Essa troca de acusações representou uma característica marcante dessa fase do drama social.

Enquanto isso, o sindicato divulgava informações buscando esclarecer o que entendia ser o prejuízo da proposta do governo. No dia 08, foi divulgada nota afirmando que a atitude do governo era incoerente em relação às negociações anteriores à greve. A nota concluía: “Estamos absolutamente convictos de que a [...] proposta [...] retira a mínima atratividade ainda existente na carreira, reduzindo drasticamente [...] o interesse em nela se ingressar e o pior, gerando forte fuga de professores” (APEOC, 2011d).

Em meio a isso, ainda na primeira semana de greve, o sindicato realizava denúncias de pressão sobre os professores do interior: “A greve na cidade [de Sobral] alcança em torno de 80% das escolas, mas denunciemos que a CREDE⁷ 6 está coibindo, amedrontando os professores, fazendo listas de frequência e colocando faltas nos professores grevistas⁸, atitude imoral, ilegal e antiética” (APEOC, 2011s).

A categoria em greve passou a realizar assembleias e manifestações. No dia 12 de agosto, houve a primeira assembleia, após a deflagração da greve. Esse momento foi precedido por duas reuniões entre MP, sindicato e Seduc. O MP convocou as partes, mas não houve acordo. Assim, a categoria ratificou a paralisação naquela assembleia. Importa ressaltar que a ação do MP, do ponto de vista dos dramas sociais, pode ser entendida como um mecanismo de ajustamento (terceira fase), isto é, uma tentativa de que as relações sociais em crise possam ser restabelecidas. Durante toda a greve, vários mecanismos de ajustamento foram acionados: pela categoria, pelo governo e por mediadores, como foi o caso narrado acima. Os mecanismos se apresentavam quase sempre em forma de reuniões entre os grupos conflitantes. Ressalta-se que, quando os mecanismos de ajustamento falham, “geralmente há uma regressão à crise” (TURNER, 2008, p. 36).

Com o prosseguimento da crise, ambos os lados passaram a desferir ataques contra seu adversário. A semana seguinte foi marcada por rumores acerca de uma possível frase de Cid Gomes. Segundo o sindicato, o político disse: “Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado. Eles pagam mais? Não! O corporativismo é uma praga” (APEOC, 2011c). O governador não confirmou nem negou a autoria da frase, além de valer-se do momento para enfrentar os grevistas: “quem estiver procurando riquezas e dinheiro, deve procurar outro setor” (CID NÃO..., 2011). Essa polêmica ensejou uma reação ao governador, como a campanha “Cid, governe por amor”, que sugeria que o político abrisse mão de seu salário.

Em resposta ao governador, um professor disse o seguinte em entrevista: “Estamos em greve não só pelo salário. Queremos dignidade, respeito, melhores condições

⁷A Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede) é uma espécie de filial da Seduc. Há Credes em várias regiões do estado. Cada uma é responsável por gerir escolas da rede estadual em um número determinado de municípios. Atualmente, há vinte Credes pelo Ceará, além da sede em Fortaleza.

⁸Período de greve possui dinâmica diferenciada em relação ao período normal de trabalho, visto que a suspensão das atividades laborais pelos trabalhadores é algo tradicional e legalmente aceito. Além disso, segundo o Estatuto do Magistério do Estado do Ceará, professor não falta, mas sim recupera aula. Isto é: o professor possui um regime especial no qual sua falta não é computada e descontada do contracheque imediatamente, havendo um intervalo de tempo para recuperar a aula.

de trabalho. Vocês todos passaram por nós, professores” (ATO..., 2011). Essa fala expressa a postura assumida pela categoria a partir de então: o mote principal não era apenas dinheiro, e sim, dignidade e respeito. O sindicato se manifestou a respeito:

Governador Cid Gomes, trabalhar e ser recompensado, dignamente, pelo que faz é passagem bíblica – ganhar com o suor do seu próprio rosto [...] Todo servidor, com igual nível de formação universitária, ganha muito mais do que um professor no Estado do Ceará [...] O professor cearense não reivindica aumento salarial, mas apenas o cumprimento de uma Lei Federal que lhe assegura direito à readequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários à lei do piso e sua implantação sem inclusão das gratificações. Portanto, professor merece respeito!

Como se pode compreender, os argumentos utilizados para justificar a paralisação saíram da esfera salarial (o que podia ser considerado individualista, egoísta etc.) e partiu para o âmbito do respeito, da dignidade, da justiça, categorias estas que podiam ser mais bem aceitas para qualificar o movimento. Todas essas categorias têm relação com valores morais e os professores pareciam ter entendido isso ao expor esses argumentos.

Com isso, no discurso, os professores não pediam nada que não fosse seu por direito, tendo o governo e a sociedade – ou “vocês todos [que] passaram por nós, professores” – apenas a obrigação de retribuir o que foi dado por aqueles, nos termos que Mauss (2013) confere à dádiva. Enquanto não houvesse a retribuição, os docentes estariam em um estado elevado de espírito, ou seja, seriam considerados indivíduos com honra e prestígio frente a todos (MAUSS, 2013). A informação constante na nota do sindicato é coerente: professores em geral recebem salários menores do que outros profissionais com o mesmo nível de formação (NO BRASIL..., 2014; DIEESE, 2014), argumento que poderia sustentar o discurso de que deveriam ser retribuídos de forma equivalente pelo que dão à sociedade. As bases do discurso altruísta dos grevistas estavam lançadas.

No dia 19 de agosto, os professores voltaram a realizar manifestação em frente ao Palácio da Abolição. Grande aparato policial estava presente, a fim de impedir a circulação de manifestantes no local, e, diferentemente do que ocorreu em outras manifestações, dessa vez, a população começava a escolher um lado para apoiar. Com clara postura autoritária, a Polícia Militar bloqueou vários quarteirões ao redor do Palácio, impedindo a circulação de qualquer cidadão por essas ruas. Isso afetou diretamente o trânsito de veículos e pedestres, inclusive de moradores da área. O jornal O Povo ressaltou a postura

desses cidadãos: “Protestos desse tipo não raro deixam a população contra os manifestantes mas o bloqueio de ontem deixou alguns moradores indignados com a decisão do Governo de isolar a área” (CABRAL, 2011g).

A matéria aponta uma tendência que só viria a aumentar: a empatia da opinião pública pelos professores, conforme apontou a pesquisa documental. Aos poucos, a categoria ia conseguindo desconstruir o discurso do governo, além de construir a ideia de que o movimento tinha objetivos justos. Foi nessa circunstância que a categoria realizou assembleia, no dia 22, ratificando a greve, sendo aprovada por unanimidade pelos quase cinco mil docentes.

Ademais, o apoio agora vinha dos alunos, os que geralmente são os maiores prejudicados por uma greve (PAIVA, 2011b). Segundo um aluno entrevistado, “por iniciativa própria, alunos de 18 escolas profissionalizantes de Fortaleza estão apoia[ndo] a greve”. A conjuntura se modelava de forma que o governador ia ficando cada vez mais isolado, porém, mesmo assim, ele fez uma polêmica declaração, em vídeo, o que dirimia qualquer dúvida sobre a autoria de suas declarações: “Por que vocês fizeram concurso? Por que não foram para a escola privada?”, “Por mim, nem carreira existiria” e “A escola privada era melhor, pois apresentava os melhores resultados”⁹. O sindicato, de imediato, respondeu ao político, acusando-o de tentar precarizar a escola pública (APEOC, 2011b).

Novamente, as frases do governador foram mal recepcionadas pela opinião pública, o que mais ainda o isolou na disputa. Por outro lado, o discurso altruísta dos professores parecia se tornar cada vez mais eficaz, do ponto de vista simbólico, gerando ainda mais apoio à devida retribuição, em que o dar implica a obrigatoriedade do receber e do retribuir (MAUSS, 2013), àqueles sujeitos que têm que “ganhar com o suor do seu próprio rosto” (APEOC, 2011c). Tudo isso fez a categoria em greve se fortalecer de forma surpreendente.

No dia 24 de agosto, houve o primeiro avanço rumo à retomada das negociações. O governo decidiu receber os grevistas devido à intermediação do presidente da AL, deputado Roberto Cláudio (PSB), caracterizando-se como novo mecanismo de ajustamento. Apesar de a realização da reunião ter significado um avanço para o sindicato, no sentido de abrir um espaço para o diálogo, nada foi resolvido no encontro. Todavia, o Poder Executivo propôs uma medida de conciliação: indicou nessa reunião que, se os

⁹O vídeo – de baixa qualidade – pode ser visualizado no seguinte *link*:
<http://www.youtube.com/watch?v=Sc-Pn3syF3U&feature=player_embedded&hd=1>. Acesso em: 22 set. 2013.

professores saíssem da greve, nenhum projeto de PCCS seria enviado à AL sem “entendimento mútuo”, além de abrir as contas do governo à categoria para que ela própria criasse um plano de carreira a partir dos números apresentados (GOVERNO SÓ..., 2011). A proposta de Cid Gomes parecia apontar o fortalecimento dos professores, tendo que ceder pela primeira vez na disputa. A reconciliação total entre as partes passava a ser algo palpável. Contudo, novos atores ainda estavam por se apresentar.

No dia seguinte, 25, houve ato público que fechou a Av. Desembargador Moreira, uma das principais da cidade de Fortaleza. O movimento estava cada vez mais fortalecido – com participação, inclusive, dos pais dos alunos (PROFESSORES ESTADUAIS E..., 2011) – e os resultados disso principiavam a surgir, visto que o governo acenou com a possibilidade de negociar. O presidente do sindicato chegou a indicar a possível finalização da greve (ARRAIS, 2011). Entretanto, comentários surgiram com a informação de que o governador havia – desde o dia 19 – pedido a ilegalidade da greve na justiça. Os comentários foram confirmados no dia seguinte, 26, quando foi publicada a decisão do TJ favorável à ilegalidade da greve. Isso criou uma nova situação para os docentes. Uma parte da categoria passou a se posicionar a favor da suspensão do movimento (EM DEFESA..., 2011; PELA CONTINUAÇÃO..., 2011)

Como se pode perceber, a categoria começava a se dividir. Ademais, os argumentos – contrários – partiram de um professor do interior e de outro da capital. Esse dado se fará relevante principalmente quando adiante for abordado o encerramento da greve e os conflitos gerados por isso. Em relação à ilegalidade então decretada, foi estabelecida a multa de R\$ 10 mil por dia de descumprimento, um argumento palpável e desmotivador – principalmente para o sindicato.

Apesar disso, a categoria se reuniu na semana seguinte à decisão judicial e votou pela continuidade do movimento (ALMEIDA, R., 2011d).¹⁰ Nessa mesma semana, no dia 1º de setembro, manifestantes ocuparam a AL, pressionando os Poderes Legislativo e Executivo.¹¹ Essa manifestação mostrou que havia coesão da categoria naquele momento delicado da greve, mas acabou culminando em confronto entre manifestantes e forças policiais. Durante a confusão, uma pichação foi realizada na Casa com a frase “Educação

¹⁰Apesar disso, a unanimidade deixou de estar presente na decisão dos professores nesse período. Contudo, a plenária decidiu pela continuação da greve “por maioria quase absoluta”, segundo notícia do jornal O Povo.

¹¹1º de setembro também foi o dia em que o sindicato foi notificado oficialmente da ilegalidade greve, tendo 48h para cumprir a medida em caráter liminar. O prazo terminaria apenas no dia 05, devido ao final de semana.

já”. Outro detalhe importante naquele dia foram as afirmações dos representantes do sindicato que apontavam para o desfecho da greve devido à decisão judicial (LIMA, 2011b).

Ainda no dia 1º, provavelmente por causa da pressão exercida pela manifestação, houve reunião entre representantes dos professores e do governo. O dirigente sindical Anízio Melo disse que “o governo estadual admitiu deslocar recursos de setores do governo para o orçamento da Educação, no que poderia atender às reivindicações salariais dos docentes” (PROFESSORES ESTADUAIS PODEM..., 2011). No dia 02, houve nova assembleia em que o assunto foi debatido. Contudo, os professores decidiram permanecer em greve.

O dia 07 de setembro se aproximava e nele ocorreriam eventos oficiais em comemoração ao aniversário da independência, assim como manifestações populares com críticas variadas ao poder público. Uma dessas manifestações era o tradicional Grito dos Excluídos, evento organizado por movimentos sociais, a fim de realizar denúncias e reivindicações. Assim, a categoria dos professores valeu-se daquela ocasião para realizar mais um ato e decidiu somar-se ao Grito dos Excluídos (PROTESTO..., 2011). A APEOC abordou o ato em seu *site* oficial (APEOC, 2011m; APEOC, 2011i). Já o jornal O Povo deu ênfase à situação de ilegalidade da greve (CABRAL, 2011d). O Diário do Nordeste narrou o desfile e o protesto do dia 07 de setembro em imagens (PROTESTO..., 2011).

Como se pode perceber, a disputa política entre os atores continuava intensa, apesar de a greve começar a demonstrar sinais de arrefecimento. A partir de então, algumas situações indicam a caracterização de lutas faccionais, isto é, o enfrentamento das partes de forma mais “personalizada” em que elementos de honra e de moral são expostos para enfraquecer o adversário (GRILL; REIS, 2012). Dito isso, Roberto Cláudio, então presidente da AL e aliado do governo, divulgou que a pichação na parede daquela Casa – realizada no dia 1º de setembro – era um ato de vandalismo reprovável. O sindicato reagiu publicando notícia sobre a atitude de Roberto Cláudio no Escândalo dos Banheiros¹² – considerada por aquela entidade como permissiva (APEOC, 2011a).

Já Cid Gomes, mais uma vez, criticou a greve com novo argumento: “Nós temos exames, o Enem¹³ [...], que é realizado com data certa. Não vai ser adiado, não vai esperar a reposição de aula para realizar o Enem não” (CID RECLAMA..., 2011), com o objetivo

¹²Caso de investigação sobre corrupção que envolvia a Base Aliada do governador.

¹³Exame Nacional do Ensino Médio, realizado anualmente e que serve como seleção para as principais Instituições de Ensino Superior no país.

provável de tentar reconquistar o apoio de pais e de alunos, aqueles que seriam os maiores prejudicados em caso de mau desempenho no ENEM.

Foi nesse clima que mais uma manifestação ocorreu, no dia 08 de setembro. Dessa vez, em frente ao TJ, no dia em que os magistrados iriam ouvir o sindicato sobre os motivos para a greve e seus argumentos em relação à ilegalidade. O sindicato enfatizava a fragilidade dos argumentos do desembargador (CABRAL, 2011a). Ademais, o presidente da APEOC argumentava com os prejuízos que o sindicato teria com as multas. Outro dado importante é que a base passou a requisitar a participação de representantes nas reuniões junto à diretoria sindical. Isso já apontava fissuras nas relações entre os docentes e seus representantes legais.

Nesse momento, a divisão da categoria transparecia, também, pela postura dos grupos políticos organizados dentro do movimento. No dia 12 daquele mesmo mês, o presidente do sindicato lançou extensa nota na qual abordou o assunto (APEOC, 2011j). Nela, mostrou seu interesse no fim da greve e criticou os grupos que, segundo ele, buscavam “radicalizar” o movimento. Ademais, Anízio Melo destacou o que considerou várias vitórias dos grevistas. Prosseguindo a nota, ele questionou: “Pergunto o que [os grupos organizados de oposição] queriam ou ainda querem com a nossa luta?¹⁴ Desgastar governos e depois comemorar vitórias políticas em detrimento dos reais interesses da categoria?”. O sindicalista também ressaltou a força do governo “na mídia, na opinião pública, na justiça e no parlamento”. O sindicato buscou mostrar que valia a pena encerrar a greve sem garantias escritas. Por fim, enfrentou opositoristas diretamente: “o radicalismo verbal esconde a incompetência ou interesses de disputas de centrais sindicais ou eleitoreiras”. Isso porque uma central sindical se mostrou, em vários momentos, contra as posturas da APEOC, a Central Sindical Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP – Conlutas), ligada ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), partido que fazia ferrenha oposição ao governo Cid Gomes.

Entretanto, é necessário destacar que havia vínculos entre os membros da diretoria e os partidos políticos: número significativo dos sindicalistas – inclusive, o presidente e seu vice – eram filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que, à época, fazia parte da Base Aliada de Cid Gomes na AL. Além disso, o governador era um dos principais apoiadores dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Esse tipo de postura

¹⁴“Luta” é uma importante categoria nativa entre os movimentos sociais. Ela significa o conflito político entre grupos em disputa. No caso do objeto de estudo desta dissertação, se refere a uma disputa entre trabalhadores e empregadores.

vem se tornando cada vez mais comum no sindicalismo brasileiro; foi o que Druck (2006) chamou de “estatização das organizações trabalhadoras”, ou seja, atrelamento dessas organizações aos governos, o que diminuiria seu poder de combatividade – sua *capacidade de retaliação* (CARDOSO, 1997) – no enfrentamento a esses próprios governos. Apesar do apelo do sindicalista na nota então divulgada, a assembleia geral do dia 16 de setembro ratificou a paralisação.

A greve tomava rumos inimagináveis, exacerbando-se a disputa entre as partes envolvidas. Agora, o enfrentamento era também entre os membros da diretoria e parte da categoria, abrindo espaço para nova remodelagem da situação e novas *lutas faccionais*.

Apesar das manifestações públicas, o governador havia encerrado novamente as negociações, ancorando-se na decisão de ilegalidade da greve, além da denúncia de pressões sofridas por professores para que retomassem suas atividades, principalmente no interior do estado, segundo o sindicato. Isso levou ao enfraquecimento do movimento, visto que muitos profissionais começaram a retomar suas atividades, principalmente nas cidades interioranas (ALMEIDA, R., 2011b).

O movimento ruía aos poucos. Muitos docentes começaram a se posicionar a favor do fim da greve. Ocorria uma divisão de opiniões da categoria e isso se intensificou até a realização da assembleia geral já citada, do dia 16 de setembro, sendo noticiada pelo jornal O Povo: “Mesmo com a decisão de permanecer sem dar aula presente no discurso geral dos presentes, havia os que defendiam o retorno aos trabalhos - posição recebida pela vaia dos colegas” (BELCHIOR, 2011). Algo importante deve ser destacado: como as assembleias sempre ocorriam em Fortaleza, a maioria dos presentes era de pessoas da capital que não sofriam as mesmas pressões que as do interior, gerando uma cisão geográfica entre os professores.

Em síntese: em meados de setembro, tudo se encaminhava para o encerramento da greve, apesar de muitos professores da capital ainda estarem dispostos a continuá-la. No dia 19, o TJ decidiu manter a ilegalidade do movimento e ressaltou que os professores temporários que tivessem aderido à paralisação poderiam ser demitidos. Ademais, a multa ao sindicato já estava em torno de R\$ 150 mil. O sindicato era responsável por organizar a maioria dos atos e reuniões, mas o que realmente valiam eram as decisões da assembleia geral, logo, o desejo da direção não necessariamente seria atendido. Como encerrar uma greve se a maioria dos associados é contra (pelo menos a maioria dos que participam da assembleia)?

Os professores decidiram contatar possíveis mediadores, buscando novos meios de encontrar soluções, ou *mecanismos de ajustamento*, no sentido dado por Turner (2008). Assim, contataram deputados da Base Aliada. No dia 20 de setembro, a OAB também foi acionada (PROFESSORES PODEM..., 2011). Concomitantemente, o sindicato tentava convencer a base a encerrar o movimento; no dia 21 foi lançada nota (APEOC, 2011g) que abordava a manutenção da ilegalidade da greve, cujo conteúdo era desestimulante para os grevistas. Isso porque sua redação abordava detalhadamente as punições que cada tipo de professor poderia sofrer, a depender de seu vínculo empregatício.

A busca de intermediários entre docentes e governo surtiu efeito: os professores conseguiram uma reunião com o governador, com a mediação do presidente da AL, Roberto Cláudio. A reunião ocorreu no dia 22 de setembro e foi noticiada no Diário do Nordeste: “Cid Gomes prometeu atender a algumas reivindicações da categoria, mas exigiu o retorno dos professores às atividades” (PROFESSORES DECIDEM..., 2011). No entanto, se, por um lado, o governador negociava, por outro, ameaçava os professores com a abertura de processos administrativos e a cobrança da multa ao sindicato (ALMEIDA, R. 2011a).

No dia 23, houve mais uma assembleia, na qual foi deliberada a continuidade da greve. Contudo, a divisão da categoria ficava clara: “a votação para a continuidade ou não da greve foi bastante disputada, e teve de ser feita três vezes” (PROFESSORES CONTINUAM..., 2011). Além disso, como noticiou a imprensa, “o clima de confusão e tumulto que se criou com o impasse quase levou professores às vias de fato” (CABRAL, 2011f). Havia grande insatisfação com o sindicato, pois Anízio Melo “chegou a ser vaiado quando defendeu o retorno às aulas, fato que atribuiu à disputa entre centrais sindicais” (CABRAL, 2011f).

Clímax da crise

A greve parecia estar chegando a seu ápice, pois os conflitos e as lutas faccionais ficavam mais evidentes, havendo nova configuração de cisões e alianças entre grupos. Os parlamentares, por exemplo, que no início eram bem-vindos às assembleias gerais, passaram a ser hostilizados, como o deputado estadual Artur Bruno (PT) e o deputado federal Chico Lopes (PC do B), ambos pertencentes aos partidos aliados do governo estadual. Eles vinham participando esporadicamente das reuniões, assembleias e

negociações, mas, após a exacerbação dos conflitos, passaram a ser vaiados e hostilizados, o que fez com que se afastassem.

O deputado estadual Antônio Carlos (PT), líder do governador Cid na AL, não poupou críticas aos professores: “O governador negociou, foi atencioso e solícito, mas a categoria investiu por outro caminho” (CABRAL, 2011f). A visão geral dos agentes envolvidos era a de que o movimento estava se radicalizando, isto é, indo além dos limites aceitáveis.

O jornal Diário do Nordeste publicou matéria (GREVE PREJUDICA..., 2011), no dia 27, com informações sobre escolas que haviam retomado as atividades letivas, o que significava o enfraquecimento do movimento. Na capital, aproximadamente 57% das escolas haviam reiniciado as aulas total ou parcialmente¹⁵. Já no interior do estado o número era mais significativo ainda: apenas 3% das escolas estavam totalmente paralisadas, o equivalente a treze estabelecimentos (outros 10% funcionavam parcialmente). Mesmo considerando que os números podem não condizer com a realidade, ou que tenha sido usada uma metodologia singular para serem alcançados, pode-se inferir que a greve estava exaurida. No mesmo dia, o jornal O Povo divulgou notícia (GIRO..., 2011) destacando o cotidiano das escolas em período de greve. A reportagem dava ênfase ao advérbio de tempo “já” para se referir à duração da paralisação, indicando que o mesmo era excessivo.

A deliberação por continuar a paralisação foi crucial para o que aconteceria adiante, visto que os docentes decidiram continuar um movimento que parecia não ter condições de prosseguir. Foi, então, que o governador se dispôs a agir: enviou uma proposta de PCCS da categoria à AL, mesmo sem acordo com os docentes. No dia 28 de setembro, manifestantes se dirigiram até a Casa Legislativa e decidiram acampar do lado de dentro até o momento da votação do projeto. O teor da mensagem do Executivo era praticamente o mesmo que levou à deflagração da greve, no início de agosto.

O sindicato lançou nota (APEOC, 2011e) explicativa e convocou os professores a fazerem “vigília permanente na Assembleia Legislativa”. Ademais, o governador pediu “regime de urgência” na votação, o que dava prioridade a esse projeto na pauta dos deputados. O texto do projeto de lei também trazia uma observação sobre a situação dos professores com nível superior: “afirmamos que medidas atinentes aos profissionais de

¹⁵No mesmo dia, o sindicato informou que 60% era o percentual de escolas da capital em greve, não discriminando quantas total ou parcialmente.

nível superior [...], mesmo já percebendo vencimento superior ao piso salarial profissional nacional, permanecem como objeto de estudos e de medidas posteriores” (APEOC, 2011e), isto é, a situação salarial desses profissionais não sofreria qualquer alteração imediata.

Aqui, é necessário ressaltar dois pontos importantes que contribuíram para uma grande reviravolta na situação: (i) o governador estava em uma situação cômoda naquele instante. Contudo, realizou a ação que lhe era menos favorável: enviar à AL proposta de PCCS da categoria sem discussão e sem alterar o projeto inicial; (ii) Isso contribuiu para que o sindicato voltasse a atuar junto à categoria, convocando-a e mobilizando-a para impedir a aprovação da lei (APEOC, 2011q). Essas ações somadas resultaram em uma terceira que foi decisiva para a redistribuição de poder entre esses agentes, conforme será apresentada a seguir.

Como já destacado, vários professores ficaram acampados na AL. Três professores decidiram iniciar greve de fome (LIMA; SARAIVA, 2011). A cobertura da ocupação pela mídia foi massiva, e notícias longas, com muitos detalhes e entrevistas, foram veiculadas pelos dois principais jornais do estado. A avaliação do sindicato acerca daquela conjuntura era a seguinte:

De acordo com Reginaldo Pinheiro, vice-presidente [da APEOC] [...], cerca de 300 professores estavam acampados na AL. Segundo ele, até ontem, a greve [...] contava com a participação de 40% da categoria. Com a vigília, acredita, vários professores que retornaram às salas de aula devem aderir novamente à paralisação, principalmente os temporários, que, temendo perder o emprego, abandonaram a greve (LIMA; SARAIVA, 2011).

Pela avaliação do sindicato, a ação do governador lhe fez perder parte de suas conquistas recentes na disputa. Anízio Melo deu declaração sobre a atitude de Cid que converge com essa avaliação: “Só a chegada dessa mensagem, sem olhar o conteúdo, já é prejudicial ao processo de negociação que nós estamos dispostos a fazer” (LIMA; SARAIVA, 2011). O cenário era crítico e o fato de o Batalhão de Choque da PM estar presente na AL para formalmente impedir a ocupação do plenário acirrou ainda mais os ânimos.

Naquela noite, cerca de 300 professores fizeram vigília na AL. Ao amanhecer, tudo indicava que aquela quinta-feira, 29 de setembro de 2011, faria história devido ao resultado da reunião de todos os agentes envolvidos em um mesmo local, mesmo que virtualmente. As versões para o início do estado confuso de coisas que se estabeleceu são várias, mas o que importa destacar é que manifestantes e PM se confrontaram e essas

cenar foram vistas nacionalmente. O Jornal Nacional (Rede Globo) noticiou e mostrou a milhões de brasileiros as cenas de agressão (PROFESSORES EM..., 2011). Se houve necessidade para aquilo ou não, isso não entrou na pauta dos jornais, a opinião geral deles era a de que a ação policial foi desproporcional.

O Diário do Nordeste mostrou fotos do confronto (LIMA, 2011a) e publicou matéria com versões do sindicato, da PM e da AL (MANIFESTANTES..., 2011). Já o noticiário O Povo não poupou críticas à PM e aos políticos que estavam envolvidos: “Faltou compreensão de que aquele era embate político, não policial” (FIRMO, 2011). A matéria também criticou a postura do presidente da AL, ao lançar nota dando ênfase à depredação do patrimônio público em detrimento das agressões aos professores (FIRMO, 2011). O sindicato publicou duas notas de repúdio (APEOC, 2011p; APEOC, 2011r) nas quais destacou o “selvagem poder de violência” da polícia. Ademais, o sindicato voltou a propalar mensagens positivas sobre o movimento. No mesmo dia, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou nota (APEOC, 2011h) condenando a atitude do governador e do presidente da AL, dizendo que iria protocolar denúncia devido ao que chamou de “violação de direitos”.

Mesmo assim, no mesmo dia, os deputados aprovaram a proposta de PCCS com apenas quatro votos contrários¹⁶. Agora, a categoria via-se na contingência de tentar que o governador não sancionasse a lei, isto é, a disputa ainda não estava encerrada. Sabedores disso, os agentes aliados ao governador discursaram a seu favor: Roberto Cláudio lançou a nota já destacada, e Izolda Cela, secretária de educação – que praticamente não apareceu na disputa como voz ativa –, deu entrevista abordando a greve (SECRETÁRIA..., 2011).

No dia seguinte, mais repercussão nacional do caso. Agora, no jornal Bom Dia Brasil (Rede Globo). Tudo isso fez com que a categoria unisse forças novamente. O cenário apontava, agora, para nova reconfiguração das alianças e nova realocação de poder entre os agentes, o que significava um reinício para os docentes. Assim, o dia 30 de setembro foi marcado por mais uma assembleia. Dessa vez, ocorreu do lado de fora da AL. O número de professores foi expressivo e, ao contrário do que vinha acontecendo nos últimos encontros, a proposta pela continuidade da greve venceu por unanimidade.

O resultado dos acontecimentos do dia 29 de setembro foi o seguinte: alguns professores feridos, quatro presos, com desgaste político para o governador e seus aliados,

¹⁶Inclusive a bancada do PT – partido ao qual muitos dos sindicalistas da APEOC eram filiados – votou a favor da proposta do Poder Executivo estadual.

segundo a imprensa local (FALA..., 2011; MENEZES, 2011; GREVE DOS..., 2011), e novo ânimo tomou conta dos professores, apesar de terem sofrido grave derrota com a aprovação da lei. Entretanto, o cenário da disputa se reconfigurou: o sindicato dava sinais de se reintegrar à luta pelo PCCS, e Cid e seus aliados perdiam poder na disputa. Dessa forma, a imprevisibilidade voltou à tona.

Ainda no dia 30, os docentes desocuparam a AL para traçar os rumos, com a finalidade de evitar que a lei fosse sancionada. Nesse mesmo dia, Anízio Melo destacou na mídia o que poderia ser uma nova estratégia: “se o governador Cid Gomes não sancionar a lei aprovada [...] o movimento pode refletir a possibilidade de encerrar a greve” (SE CID..., 2011). Ademais, alguns agentes se solidarizaram com o movimento. Foi o caso do deputado estadual Artur Bruno (PT), que ainda fez um apelo pelo consenso entre as partes (DEPUTADO..., 2011). Além de Bruno, o Partido dos Trabalhadores lançou nota de solidariedade aos professores, mas deixou claro que isso não significava ruptura com o governo (PT..., 2011). Isso tudo revela novo cenário, mudanças de postura dos atores sociais.

A intenção dos docentes agora era evitar que a lei fosse sancionada. Já o governo procurava evitar que o episódio prejudicasse sua imagem e diminuísse sua força na disputa. A soma desses interesses levou a uma situação inédita no conflito: uma série de mecanismos de ajustamentos, nos termos de Turner (2008), ocorreram em um curto intervalo de tempo.

Como os docentes estavam focados no veto à lei aprovada, organizaram nova manifestação no dia 03 de outubro. Os manifestantes se reuniram em frente à AL e de lá saíram em marcha até o Palácio do governo. A coesão parecia ter retornado ao grupo, pois o ato contou com um número grande de participantes e até com pessoas não pertencentes à categoria que se solidarizaram. O Batalhão de Choque esteve presente no palácio, mas apenas na área interna.

Anízio Melo se valeu dos veículos de comunicação para consolidar o discurso que repercutiu em todo o estado: “Recebemos muitas mensagens de apoio. O governo deveria repensar as suas estratégias de negociação. Continuamos abertos para o diálogo” (PETRUCCI, 2011). A referência às posturas autoritárias do governo foi a tônica dos discursos, após o ocorrido no dia 29. Além disso, a OAB acionou a justiça para incriminar Cid Gomes, Roberto Cláudio e Werisleik Matias (coronel da PM) pelo que havia ocorrido na AL (PETRUCCI, 2011). Foi nesse clima que o governador reabriu as negociações. Ainda no

dia 03, houve reunião com o Chefe de Gabinete do governador, Ivo Gomes, irmão de Cid. A repercussão do confronto foi tanta que o governador – que vinha evitando se encontrar ou mesmo mencionar a greve dos professores – realizou negociações diárias. A cada dia uma nova proposta de PCCS era elaborada. Isso não impediu que novas ameaças fossem feitas, desde a primeira reunião (ALMEIDA; PAZ, 2011).

No curso das negociações, o governo enfatizava que a proposta dos professores deveria ser realista com o orçamento do governo (ALMEIDA; PAZ, 2011), enquanto os docentes pediam que a Lei do Piso fosse aplicada com repercussão na carreira, isto é, sem “achatamento” (sic) dos salários (ALMEIDA; PAZ, 2011). O governo negava as acusações de intransigência, ressaltando a realização de aproximadamente dez reuniões com o sindicato (EM REUNIÃO..., 2011), enquanto os docentes denunciavam que esses momentos não eram de diálogo, e sim de ameaças (ALMEIDA; PAZ, 2011). Assim, novamente, os ânimos se acirravam.

O sindicato agora propunha que a porcentagem do Fundeb reservada a pagamento de pessoal aumentasse, afirmando que: “Apenas 62% dos recursos do Fundeb vão para o salário dos professores. O que é preciso é definir prioridades. Ao invés de construir prédios, locar os recursos para o pagamento dos professores” (ALMEIDA; PAZ, 2011). Esse argumento procurava desmontar o do governo de que a repercussão do Piso na carreira era irreal ao orçamento público¹⁷.

A primeira negociação da semana, no dia 03, não chegou a um consenso entre as partes. Outra reunião foi marcada para o dia seguinte. Para o mesmo dia estava marcada uma assembleia geral que lotou o ginásio Paulo Sarasate (ALMEIDA; PAZ, 2011). Nela, a categoria rejeitou mais uma vez o encerramento da greve. Dessa forma, a crise permanecia. Vale ressaltar que a avaliação geral da categoria em relação à lei aprovada era a de que o PCCS havia sido “achatado”, ou seja, que a possibilidade de percorrer níveis e ter aumento salarial estava menor (ALMEIDA; PAZ, 2011). O próprio presidente do sindicato disse que “nós esperamos a aplicação do piso e sua repercussão na [carreira]” (ALMEIDA; PAZ, 2011), isto é, para o sindicato não bastava o cumprimento da Lei do Piso se ela não repercutisse nos vários níveis da carreira. A próxima assembleia estava marcada para a sexta-feira, dia 07 de outubro.

¹⁷Em seu Art. 22, a Lei que regulamenta o Fundeb rege que no mínimo 60% dos fundos gerados sejam “destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”.

Na quarta-feira, 05, mais uma reunião ocorreu. Dessa vez, técnicos do Fundeb tentaram contribuir. Segundo um desses técnicos, “a proposta leva em consideração as reivindicações dos professores sem comprometer o orçamento do estado” (PAZ, 2011). Tanto sindicato quanto governo declararam que a proposta deveria ser melhor analisada.

É importante ressaltar que a base estava sempre presente nesses momentos, realizando atos nos locais de reunião, buscando pressionar os representantes do governo e também seus representantes. Ademais, reuniões da base chamadas de Zonais¹⁸ continuavam ocorrendo. O momento parecia ser favorável aos professores por tudo o que ocorreu, mas, mesmo com esse novo cenário, o governo continuava divulgando represálias aos grevistas, conforme destaca matéria do Diário do Nordeste: “Ivo Gomes, chefe de gabinete do Governo, reiterou que, caso a greve seja suspensa [no dia 07], não haverá punição aos professores, seja na forma de descontos ou demissão” (SARAIVA, 2011). A semana pós-confronto ia se apresentando como o ápice da crise devido aos novos acontecimentos e ao acirramento das lutas faccionais.

Foi nesse clima que na quinta-feira, 06, uma nova reunião ocorreu. Foi a última tentativa de negociação antes de mais uma assembleia geral. Como as demais, a reunião do dia 06 também terminou sem um consenso entre as partes. Assim, o dia 07 chegou na expectativa quanto aos resultados de mais uma assembleia com discussões acaloradas.

O posicionamento da diretoria a favor da suspensão da greve era manifesto. No dia da assembleia geral, por exemplo, um dos diretores do APEOC escreveu artigo publicado no *site* oficial dessa entidade, no qual defendia a “suspensão da greve com mobilização e negociação” (APEOC, 2011o). Isso, segundo ele, faria com que a categoria negociasse com vantagem. A assembleia ocorreu no ginásio Paulo Sarasate e se iniciou às 15h. Após mais de duas horas de discussão, foi colocado em regime de votação a continuidade da greve ou a suspensão por trinta dias para negociações. No entanto, a categoria estava dividida e isso dificultou a apuração da votação, visto que cerca de cinco mil pessoas estavam presentes.

Terminada a votação, poucos minutos depois o comando de greve se retirou da mesa, mas não sem antes ouvir os gritos, vaias e acusações daqueles que votaram pela continuidade da greve. Alguns mais

¹⁸Os Zonais eram reuniões da base da categoria que ocorriam durante a greve. Eram chamadas assim porque ocorriam em várias zonas da capital. Eles se expandiram para o interior também. A direção do sindicato, no início, legitimou-os e até participou deles. Contudo, os Zonais acabaram fugindo de seu controle ao ganharem “vida própria”, reunindo-se sem necessidade de convocação da direção e não se limitando ao intervalo de tempo em que durou a greve. Os Zonais, apesar de previstos em estatuto, estavam em desuso antes da greve.

exaltados classificaram de “pelegos¹⁹ e covardes” os líderes do movimento e teve até gente que por pouco não pulou o alambrado e entrou em confronto físico com membros da Apeoc. “Ôhôhôh sindicato traidor” foi a palavra de ordem mais ouvida. Além disso, muitos reclamaram porque não houve contagem voto a voto. A professora [...], por exemplo, pôs em dúvida quanto ao resultado da assembleia. Já o professor [...] lembrou que a diretoria da Apeoc “é ligada à corrente petista Articulação”. Para ele, a proximidade com os governantes levou a uma orientação pelo fim da greve. Dentro e fora do Paulo Sarasate, os opositores ao comando usaram serviço de som para denunciar que “eles cederam vergonhosamente às ameaças do governo de que se a greve não parasse hoje começariam as demissões”. Anízio Melo rebateu as acusações, em entrevista reservada, atrás do palco. “A decisão foi de pessoas do comando e da categoria”, disse, explicando que a proposta de suspensão recebeu, sim, a maioria dos votos (ALMEIDA, M., 2011).

Como se pode perceber, a decisão oficial da assembleia não foi bem recebida por vários docentes. Além disso, a ligação entre membros da diretoria do sindicato e o Partido dos Trabalhadores foi lembrada pelos que acusavam o sindicato de ter efetuado um golpe. Isso também foi destacado em matéria no O Povo: “Uma parte significativa de professores acusou o Sindicato [...]– que tem proximidade com o PT –, de ter dado ‘golpe’ na interpretação do resultado da votação” (ALVES, 2011b). A matéria descreveu o ocorrido da seguinte forma:

a quantidade de professores que ergueram seus crachás para manifestar voto a favor da suspensão da greve foi semelhante à quantidade de professores que se manifestaram a favor da continuidade da paralisação. Como não houve contagem unitária, ficou valendo a interpretação do assessor do sindicato Apeoc [...] O anúncio do resultado gerou revolta em uma parte de professores, que se amontoaram em frente à mesa que conduziu a assembleia para chamar o sindicato de “pelego”. “Deram um golpe na gente, porque a avaliação foi muito rápida. Foi tudo muito rápido”, disse o professor [...]. “Era para ter sido feita uma reavaliação ou uma contagem dos votos um a um. Houve uma forçassão de barra nesse resultado”, comentou o professor [...] (ALVES, 2011b).

O presidente do sindicato rebateu as acusações, conforme assinala o periódico O Povo: “Anízio Melo, entretanto, considerou que a condução da votação ocorreu em normalidade e que houve uma ‘nítida’ diferença entre a quantidade de professores

¹⁹Pelego é uma categoria nativa do movimento sindical e significa alguém ou alguma entidade que não se dispõe a “lutar” ou que se “acovarda”, conforme indicam os gritos dos manifestantes.

contrários e favoráveis à suspensão da greve” (ALVES, 2011b). Mesmo com as controvérsias, o resultado da assembleia estava consolidado e a categoria suspendeu oficialmente a greve que durara 63 dias.

A suspensão da greve remodelava novamente o cenário da disputa, levando os atores envolvidos a uma nova cena: aquela que Turner (2008) chamou de reintegração, quarta fase do drama social. Conforme já discutido nas partes introdutórias deste texto, o autor enxergava os dramas sociais como fenômenos sociais que seguem certa temporalidade, que possuem início, meio e fim. Contudo, os dados coletados pelo pesquisador apontam para uma variação dessa temporalidade, visto que a suspensão da greve, que indica o final do drama social, deu início a um período de intensificação de conflitos entre alguns dos agentes envolvidos na greve. Isso porque a relação entre professores, sindicato e governo passou a ser permeada de características que apontam para sua remodelação, ou seja, a ocorrência de mudanças significativas nas relações sindicais envolvendo aqueles atores sociais.

O pós-greve: descrição do período de suspensão do movimento grevista

As aulas na rede estadual de ensino foram retomadas na segunda-feira seguinte, 10 de outubro, mesmo dia em que começaram as negociações entre sindicato e governo acerca da implantação do Piso na carreira, o que ocorreria por um prazo de 30 dias, até 09 de novembro. As propostas de PCCS divulgadas nesse intervalo sempre tinham relação com o aumento do percentual do Fundeb para pagamento de pessoal (CABRAL, 2011c).

No dia 04 de novembro, o governo lançou sua proposta de PCCS: um aumento de 15% para todos os professores, dividido em duas parcelas de 7,5% (ainda em 2011) e 7% (em janeiro de 2012 – este, sobre o aumento anterior e na mesma data-base da categoria), respectivamente, além de aumento progressivo da parcela do Fundeb para pagamento de pessoal de 62% para 80%, até 2014 (GOVERNO PROPÕE..., 2011). No dia 11, os professores se reuniram em assembleia geral e decidiram encerrar a greve que estava suspensa. Contudo, isso ocorreu não por haver concordância com a proposta do governo, e sim porque os docentes iniciariam um novo estado de greve (PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM..., 2011; GIRÃO, 2011). Isso ocorreu porque “os professores argumentam que o aumento está aquém do que é reivindicado” (PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM...,

2011). Essa decisão foi tomada porque a greve suspensa ainda era considerada ilegal, logo, decidiram encerrá-la, a fim de colocar-se em estado de greve que poderia redundar em nova greve.

Apesar disso, houve insatisfação da base com a postura do sindicato, visto que os professores “manifestaram indignação quanto à votação, pela forma como foi conduzida. Eles reclamavam que o Sindicato não apresentou claramente a proposta, levando a categoria a aprovar proposta igual ou muito semelhante à que havia acabado de rejeitar” (GOMES, 2011b). Além disso, “cartazes levados por estudantes e professores acusavam o Sindicato de submissão ao Governo. O presidente do Sindicato, Anízio Melo, foi vaiado em vários momentos, assim como aqueles que discursaram contra o retorno da greve”. As reclamações acerca da representação do sindicato persistiam. Uma nova assembleia foi marcada no dia 25 de novembro; nela, os professores poderiam iniciar uma nova greve.

O presidente do sindicato falou sobre o novo cenário:

“Apontamos uma mediação e achamos que tomamos a medida certa de cumprir com o prazo de oito dias [entre uma greve e outra]. A decisão da base foi respeitada e vamos aprovar a greve na assembleia do dia 25 com toda força e gás contra a gestão” (GIRÃO, 2011).

Todavia, ainda havia insatisfação de parte dos docentes em relação à atuação do sindicato, conforme pode se perceber pela fala de uma professora entrevistada: “Foi tudo uma grande farsa. O sindicato, em conluio com o Governo, não quer que a gente retome a greve. Daí fica empurrando a deflagração [da greve] com a barriga” (GIRÃO, 2011). Esclarecendo: enquanto uma parte dos docentes queria ter continuado a greve iniciada em agosto e suspensa em outubro, outra parte (inclusive a diretoria sindical) queria encerrar aquela greve para iniciar outra logo em seguida, o que, segundo os defensores da proposta, traria vantagens à categoria.

O cenário daquela assembleia motivou o jornal O Povo a noticiar os conflitos existentes na categoria dos professores, a saber: “Uma categoria cada vez mais dividida. Essa é a sensação que se tem após a realização das assembleias gerais dos professores da rede estadual. Decisões apertadas e bastante questionadas pelos ‘derrotados’ evidenciam o sentimento de segregação” (PAIVA, 2011a). Além da divisão apontada, o jornal, ao trazer a palavra “derrotados” entre aspas, relativiza os resultados das assembleias, que não contavam com um sistema de votação satisfatório.

Isso motivou que grupos da base começassem a agir em desacordo com a direção sindical, chegando a realizar passeata sem a anuência da entidade (PAIVA, 2011c), tendo sido esta apenas convidada para o evento. Os Zonais começaram a aparecer, principalmente nesse momento, como organizações autônomas da base, conforme pode se apreender do discurso de manifestante: “Todas as Zonais que se reuniram pelo Estado deliberaram pela greve, porque, após 30 dias e depois mais 15 dias, a proposta do Governo não acena quanto à principal reivindicação que é a repercussão do piso na carreira” (REBOUÇAS; GOMES, 2011).

Diante desse cenário, o governo afirmou não haver mais negociações e que estava estudando a “substituição imediata de professores”, caso a greve fosse retomada no dia 25 de novembro (GOMES, 2011c). Medida que foi descartada devido a impedimentos legais. Contudo, o governo prometeu “medidas drásticas”: “Entre elas, estão a suspensão de pronto do salário e a abertura de processos administrativos” (GOVERNO DESCARTA..., 2011).

Além do cenário apontado, os conflitos políticos internos à categoria começavam a virar notícia: “há pressões fortes sobre a direção do Sindicato Apeoc, partidas de alas ligadas ao PSOL e ao PSTU”, pressões que fizeram com que “a direção do Sindicato perde[sse] o controle das articulações” (COMUNICADO, 2011). Além disso, no dia 24 de novembro, uma manifestante adiantou uma informação importante para se entender os rumos que o movimento tomaria: ela disse que as Credes espalhadas pelo interior “têm oferecido transporte para a Assembleia Geral apenas para os professores que assinarem um termo se comprometendo a votar contra a greve” (REBOUÇAS; GOMES, 2011). Foi nesse clima que ocorreu a assembleia geral do dia 25 de novembro, a última relacionada ao drama social que foi a greve de 2011 daquela categoria profissional. Após acaloradas discussões, a proposta contrária à greve foi a vitoriosa. Contudo, conforme ocorreu em 07 de outubro, o resultado não foi bem recebido por boa parte dos presentes.

Após a votação, professores que queriam a volta da greve se revoltaram. O presidente da Apeoc, Anízio Melo, precisou ser escoltado por outros membros do sindicato, porque algumas pessoas queriam agredi-lo. Dentro do ginásio, houve confronto e quebra-quebra. Um grupo de docentes ainda se dirigiu ao lado de fora do ginásio e tentaram depredar um carro, que pensavam ser de Anízio Melo. Não há informação sobre feridos graves. Do lado de fora do ginásio, professores queimaram crachás e bandeiras do sindicato Apeoc (PROFESSORES ESTADUAIS VOTAM..., 2011).

Anízio Melo, responsável por defender a continuidade das negociações sem paralisação, foi interrompido e provocado insistentemente durante o seu discurso por um grupo postado em frente ao palanque. Alguns professores, estendendo as mãos com cédulas de dinheiro, chamavam-no de “vendido”, proferiam insultos e arremessavam bolinhas de papel em sua direção. O presidente do sindicato enalteceu a grande presença de professores do Interior na assembleia e disse que não se intimidaria com os protestos. Após a divulgação do resultado, o clima ficou ainda mais tenso. As agressões verbais tornaram-se físicas. Revoltados com a derrota, alguns defensores da greve passaram a arremessar também garrafas e copos plásticos contra a mesa diretora. Com pontapés, derrubaram a grade de isolamento, subiram no palanque e partiram em direção ao presidente do sindicato (CABRAL, 2011b).

Novamente, o resultado da votação foi apertado e contou com a mediação do sindicato para que a proposta fosse proclamada vitoriosa. Isso foi um dos motivos que desencadeou os conflitos narrados e foi o que levou o representante da OAB presente na reunião a “defende[r] que a assembleia deveria ter sido mediada por alguma entidade isenta à questão” (CABRAL, 2011b). Fato que foi prontamente respondido pelo sindicato: “A assembleia foi conduzida dentro da legalidade. Ilegal seria se fosse conduzida pela CUT ou OAB” (CABRAL, 2011b). Além disso, aquela reunião desencadeou intenso conflito entre professores do interior e da capital.

Uma das mais fortes mobilizações do Sindicato Apeoc no interior do Estado resultou em uma participação “decisiva” dos professores que vieram de longe para participar da assembleia geral dos docentes. O sindicato também custeou o transporte de professores do Interior até Fortaleza, para participar da assembleia de ontem. “Mas esse transporte foi oferecido aos professores independentemente de seus posicionamentos”, explicou Reginaldo [vice-presidente do sindicato]. Durante a assembleia de ontem, que ocorreu sob clima de guerra, defensores da greve bradavam das arquibancadas que o Governo do Estado teria manipulado e até financiado a vinda de professores de várias cidades do Interior para que votassem contra a greve. Do lado de fora do ginásio Paulo Sarasate, O POVO observou professores do Interior esperando ônibus alugados que os levariam de volta para suas cidades. Abordados, todos demonstravam receio ao dar qualquer informação e evitavam falar qualquer coisa sobre a assembleia (ALVES, 2011a).

Como se pode perceber, a participação dos professores do interior se mostrou importante para os agentes envolvidos. Ademais, docentes da capital acusaram o sindicato

de “manipulá-los”, além de financiar a ida deles à reunião como forma de aprovar a proposta defendida pela entidade. Foi nesse clima que a maior greve da história dessa categoria foi encerrada.

Considerações Finais

Esta descrição teve como objetivo principal apresentar os acontecimentos que marcaram o período referente à greve dos professores da rede estadual do Ceará de 2011, tomando como recurso metodológico a noção de *drama social*, como forma de percepção das fases que marcaram a greve, dos atores que se fizeram presentes e, sobretudo, evidenciando as situações de conflito e tensão na relação entre o sindicato APEOC e sua base. Ademais, tentou-se identificar aproximações e distanciamentos entre a narração do movimento e as quatro fases dos *dramas sociais*.

O que se pôde apreender dessa descrição foi o seguinte: primeiramente, as quatro fases do *drama social* (TURNER, 2008) se fizeram presentes no conflito que foi a greve, mesmo que parcialmente. A *ruptura*, a *crise*, os *mecanismos de ajustamento* e a *reintegração* puderam ser percebidos no decorrer da narração, conforme foi apresentado.

Alguns embates mais marcantes no drama social foram os seguintes: o governo se ancorou, por diversas vezes, nas limitações do orçamento estadual para justificar os PCCS propostos e a rejeição às propostas da categoria profissional. Por conseguinte, a cisão entre docentes e políticos eleitos do Poder Legislativo que possuem base eleitoral entre aqueles sujeitos se apresentou manifesta durante a greve. Por outro lado, o sindicato, reiteradas vezes durante o movimento, realizou acusações de falta de independência entre os Três Poderes estaduais, além de constrangimento contra professores, principalmente no interior do estado.

Por fim, destaca-se a relação conflituosa entre sindicato e base. O que se pôde apreender dessa relação foi o seguinte: houve seguidas acusações contra o sindicato por parte da base em relação: (i) ao acatamento da última proposta de PCCS elaborada pelo governo – que acabaria sendo aprovada pela AL e sancionada pela Poder Executivo; e (ii) à relativização da participação da base nos processos decisórios relacionados à greve. Ademais, as posturas e opiniões de professores da capital e do interior apresentadas pelos jornais durante a greve evidenciaram possível divisão da categoria devido a embates internos à base. Isso ficou evidenciado principalmente pelos conflitos desencadeados

durante e após a assembleia geral do dia 25 de novembro, quando muitos docentes do interior foram hostilizados pelos da capital, após a proposta de nova greve ter sido rejeitada pela plenária.

Esses foram os principais conflitos identificados durante a greve de 2011. A narração da greve utilizando o recurso metodológico dos dramas sociais (TURNER, 2008) indicou aproximações entre a teoria e a empiria, mas também distanciamentos, visto que a quarta e última fase dos dramas sociais pensada pelo autor foi percebida no caso estudado de forma diferenciada. Isso ocorreu porque as tensões e os conflitos envolvendo professores e sindicato não se resolveram com a finalização da greve; pelo contrário. Dessa forma, não é possível afirmar que houve reintegração das relações existentes antes da crise; assim como não houve ruptura entre os agentes, pois o contrato de trabalho efetivo dos docentes e a unicidade sindical garantida por lei contribuem para a permanência da relação de representação existente.

Referências

ALMEIDA, M. Greve dos professores é suspensa por 30 dias. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 08 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/1R7hXN>> Acesso em: 24 abr. 2013.

ALMEIDA, M.; PAZ, R. Governo pode negociar, mas já ameaça grevistas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 04 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Lm2fVb>> Acesso em: 24 abr. 2013.

ALMEIDA, R. Cid faz promessas e ameaças. **O Povo Online**. Fortaleza, 23 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/OTCWd9>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Estado ainda não pediu pagamento de multa. **O Povo Online**. Fortaleza, 15 set. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/HhsKIH>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores estaduais e governo estão longe de negociação. **O Povo Online**. Fortaleza, 09 ago. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/MmZn0N>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores resistem e mantêm greve considerada ilegal. **O Povo Online**. Fortaleza, 03 set. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/BmeFQw>> Acesso em: 10 ago. 2013.

ALVES, P. Professores do interior foram decisivos para resultado. **O Povo Online**. Fortaleza, 26 nov. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/TJ1wu8>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Professores suspendem greve que já durava 63 dias. **O Povo Online**. Fortaleza, 08 out. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/jCGjy4>> Acesso em: 10 ago. 2013.

APEOC. Assembleia Legislativa: A pichação e o escândalo dos banheiros. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 09 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/dNOxAs>> Acesso em: 24 set. 2013.

_____. Cid Gomes ataca: Por mim, nem carreira existiria. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 23 ago. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/1fZNro>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governador professor merece respeito. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 18 ago. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/l0m2Pd>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governo aposta na contrainformação para desmobilizar a greve dos professores. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/GvIMs5>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Governo envia mensagem à Assembleia Legislativa que altera a atual estrutura da carreira do magistério. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011e. Disponível em: <<http://goo.gl/KCPBMX>> Acesso em: 11 ago. 2013

_____. Itapipoca aderiu a greve geral dos professores – interior e Capital. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011f. Disponível em: <<http://goo.gl/z4n82A>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Julgamento do agravo regimental. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 21 set. 2011g. Disponível em: <<http://goo.gl/jmTyan>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Leia a íntegra da moção de repúdio da CNTE ao governo do Ceará. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011h. Disponível em: <<http://goo.gl/YgUW0N>> Acesso em: 11 ago. 2013

_____. Marcha da educação foi um sucesso! **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 08 set. 2011i. Disponível em: <<http://goo.gl/7eMYDB>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Mensagem II do presidente. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 12 set. 2011j. Disponível em: <<http://goo.gl/bqX02W>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores de Camocim aderem à Greve. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 06 ago. 2011k. Disponível em: <<http://goo.gl/4ujlXL>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores de Itapajé fazem história! **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 09 ago. 2011l. Disponível em: <<http://goo.gl/F9GLkT>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores estaduais fazem protesto em desfile de 7 de setembro. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 07 set. 2011m. Disponível em: <<http://goo.gl/HAQ0ro>> Acesso em: 11 ago. 2013

_____. Professores realizam grande ato público no início da greve mesmo com forte aparato policial do governo. **Sindicato:** Notícias. Fortaleza, 05 ago. 2011n. Disponível em: <<http://goo.gl/1MBLM0>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Pronunciamento do Prof. Nagibe Melo em defesa da suspensão da greve com mobilização e negociação feito na Assembleia Geral dos Professores no dia 07 de outubro de 2011 no Ginásio Paulo Sarasate em Fortaleza. **Sindicato**: Notícias. Fortaleza, 07 out. 2011o. Disponível em: <<http://goo.gl/s7Z26w>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Repúdio à violência desenfreada: professores sofrem agressões policiais. Quatro educadores são presos e dois levados para o hospital. **Sindicato**: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011p. Disponível em: <<http://goo.gl/SMoxlC>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Sindicato APEOC conclama a categoria para retomar a luta com toda sua força. **Sindicato**: Notícias. Fortaleza, 28 set. 2011q. Disponível em: <<http://goo.gl/QeNzd7>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Sindicato APEOC repudia violência contra professores. **Sindicato**: Notícias. Fortaleza, 29 set. 2011r. Disponível em: <<http://goo.gl/r9EGsd>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Sobral tem sessão plenária na câmara dos vereadores para discutir situação da greve dos professores estaduais. **Sindicato**: Notícias. Fortaleza, 10 ago. 2011s. Disponível em: <<http://goo.gl/5rRdmB>> Acesso em: 11 ago. 2013.

ARRAIS, R. Greve poderá ser suspensa. **O Povo Online**. Fortaleza, 26 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/mz0LP5>> Acesso em: 10 ago. 2013.

ATO público cobra carreira e piso para professores. **O Povo Online**. Fortaleza, 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/XfoU1Y>> Acesso em: 10 ago. 2013.

BELCHIOR, M. Multa chega a R\$ 130 mil, mas greve continua. **O Povo Online**. Fortaleza, 17 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/GhHp6c>> Acesso em: 10 ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. **Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. (Regulamenta a alínea e do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica), 2008.

CABRAL, B. Categoria contesta decisão de TJ. **O Povo Online**. Fortaleza, 09 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/bM07AM>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Em clima tenso, professores rejeitam volta de greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 26 nov. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/Vg0IbH>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Governo propõe 15% de aumento a docentes. **O Povo Online**. Fortaleza, 05 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/qIK8e7>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Professores aproveitam dia da independência para protestar. **O Povo Online**. Fortaleza, 08 set. 2011d. Disponível em: <<http://goo.gl/9Cu2vf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores decidem manter greve e marcam novo protesto. **O Povo Online**. Fortaleza, 13 ago. 2011e. Disponível em: <<http://goo.gl/gVNddr>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores radicalizam e decidem continuar greve. **O Povo Online**. 24 set. 2011f. Disponível em: <<http://goo.gl/5kAFxO>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Protesto de professores faz PM isolar entorno do Palácio Abolição. **O Povo Online**. Fortaleza, 20 ago. 2011g. Disponível em: <<http://goo.gl/8s37Wf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal** - e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

CID NÃO confirma nem desmente frases polêmicas. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/nSzzLK>> Acesso em: 10 ago. 2013.

CID RECLAMA de “greve longa. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ysj2BN>> Acesso em: 24 abr. 2013.

COMUNICADO. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/USKrUp>> Acesso em: 17 abr. 2015.

DEPUTADO da base cidista se solidariza com professores estaduais em greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Y7zqHb>> Acesso em: 10 ago. 2013.

DIEESE. **Nota Técnica Número 141** – Outubro de 2014. Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2020.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. In: **OSAL**, año VII, Nº 19, enero-abril 2006, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2020.

EM DEFESA da suspensão da greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/D5zqoE>> Acesso em: 10 ago. 2013.

EM REUNIÃO com professores em greve, secretária diz que espera um orçamento cabível. **O Povo Online**. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/r1k5Cg>> Acesso em: 10 ago. 2013.

FALA, cidadão. **O Povo Online**. Fortaleza, 03 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/pyWgnf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

FIRMO, Érico. Despreparo, imaturidade e trapalhada. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/bdsuDf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GIRÃO, I. Categoria em greve no dia 25. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xiEijw>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GIRO pelas escolas. **O Povo Online**. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6gd0xA>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOMES, L. Palácio Iracema recebe passeata com batalhão de Choque. **O Povo Online**. Fortaleza, 06 ago. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/iHy5XX>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Professores aprovam indicativo de greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 12 nov. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/fvAFj8>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Secretária diz que não tem mais negociação. **O Povo Online**. Fortaleza, 23 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/bYa040>> Acesso em: 05 maio 2014.

GOVERNO DESCARTA substituição imediata. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 24 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7FWqN5>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GOVERNO PROPÕE aumento de 15%. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 05 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CLcyve>> Acesso em: 17 abr. 2015.

GOVERNO SÓ enviará projeto se houver acordo com professores. **O Povo Online**. Fortaleza, 27 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/z7hYia>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GREVE DOS professores: faltou argamassa política. **O Povo Online**. Fortaleza, 1º out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JVa4PI>> Acesso em: 10 ago. 2013.

GREVE PREJUDICA 23,7 mil que vão fazer o ENEM. **Diário do nordeste Online**. Fortaleza, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3vL2IL>> Acesso em: 24 abr. 2013.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 490-512.

LIMA, L. Assembleia volta a ser palco de confronto entre PM e grevistas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 30 set. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/ZX8AQ>> Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. Professores invadem Assembleia e entram em confronto com a Polícia. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 02 set. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/aBkLje>> Acesso em: 24 abr. 2013.

LIMA, L.; SARAIVA, R. Professores do estado fazem greve de fome. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/TsfST8>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MAIS Notícias da Capital. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/LS3b9v>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MANIFESTANTES passam a noite em vigília na AL. **Diário do Nordeste online**. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tpDVIh>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dívida**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MENEZES, V. Desidratação da política. **O Povo Online**. Fortaleza, 1º out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/uBBRWK>> Acesso em: 10 ago. 2013.

NO BRASIL, salário do professor é metade do que recebem outros profissionais. **Todos pela educação**. [s.l.], 11 jun. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/IKxL5S>> Acesso em: 20 out. 2014.

PAIVA, T. Crise de liderança no sindicato dos professores. **O Povo Online**. Fortaleza, 15 nov. 2011a. Disponível em: <<http://goo.gl/MVfGDo>> Acesso em: 05 maio 2014.

_____. Frase atribuída a Cid causa polêmica com professores. **O Povo Online**. Fortaleza, 23 ago. 2011b. Disponível em: <<http://goo.gl/NpBIFs>> Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Professores realizam atos distintos. **O Povo Online**. Fortaleza, 22 nov. 2011c. Disponível em: <<http://goo.gl/s73Jqa>> Acesso em: 05 maio 2014.

PAZ, R. Fundeb propõe nova tabela de vencimentos. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 06 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Giu5tg>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PELA CONTINUAÇÃO do movimento. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/MeSyJH>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PETRUCCI, J. Passeata reúne cerca de cinco mil pessoas para repudiar violência. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 04 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8MeAQT>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROFESSORES CONTINUAM greve. **Diário do nordeste Online**. Fortaleza, 24 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/iiarB1>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROFESSORES DECIDEM hoje sobre greve. **Diário do Nordeste online**. Fortaleza, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/KlkG2a>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROFESSORES EM greve entram em confronto com a polícia no Ceará. **Globo Online**. [s.l.], 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/NalzY8>> Acesso em: 30 jul. 2012.

PROFESSORES ESTADUAIS E alunos fecham avenida em frente à Assembleia Legislativa. **O Povo Online**. Fortaleza, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/tWnV4X>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PROFESSORES ESTADUAIS ENCERRAM greve, mas podem iniciar nova paralisação em oito dias. **O Povo Online**. Fortaleza, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/UMB5dA>> Acesso em: 05 maio 2014.

PROFESSORES ESTADUAIS PODEM suspender greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 02 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/4vY7t8>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PROFESSORES ESTADUAIS VOTAM pela continuidade das negociações sem paralisação das aulas. **O Povo Online**. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/CL2pyp>> Acesso em: 05 maio 2014.

PROFESSORES FAZEM ATO público no aeroporto. **O Povo Online**. Fortaleza, 10 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/6x0DLT>> Acesso em: 10 ago. 2013.

PROFESSORES FAZEM MANIFESTAÇÃO. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 06 ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7UrrHk>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROFESSORES PODEM ter salários descontados. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/JMRfIL>> Acesso em: 24 abr. 2013.

PROTESTO rouba a cena no desfile de 7 de setembro. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/sx5i8B>> Acesso em: 14 out. 2014.

PT vai divulgar nota em solidariedade aos professores estaduais em greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xhEI1Q>> Acesso em: 10 ago. 2013

REBOUÇAS, H.; GOMES, L. Decisão sobre greve será tomada em clima de pressão. **O Povo Online**. Fortaleza, 25 nov. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/indGTi>> Acesso em: 05 maio 2014.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Dramas sociais como ferramenta metodológica e analítica no estudo de processos de mudanças contemporâneas. In: RODRIGUES, L. C. (Org.) **Dramas, rituais e performances**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SARAIVA, R. Indefinições continuam após mais uma reunião. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 07 out. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/noSgXd>> Acesso em: 24 abr. 2013.

SE CID não sancionar lei aprovada, categoria admite refletir sobre fim da greve, diz APEOC. **O Povo Online**. Fortaleza, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/f86g6T>> Acesso em: 10 ago. 2013.

SECRETÁRIA lamenta confronto professores-polícia e diz que governo só negocia com fim de greve. **O Povo Online**. Fortaleza, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/ko9rQw>> Acesso em: 10 ago. 2013.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2008.

Agradecimento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Ana Íris Morais Pessoa.*

Submetido em 14/01/2019

Aprovado em 30/05/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)